

**TRE  
PARANÁ****CONTRATO Nº ...../20...****PAD 15192/2024****ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE TIC, que entre si fazem  
o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO PARANÁ e a empresa**

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com o Pregão eletrônico nº.../....., regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ nº ....., com sede na cidade de ....., à Rua ....., nº, bairro:....., CEP ....., telefone (....) ....., e-mail: ....., neste ato representada por ....., CPF nº \*\*\*xx.xxx-\*\*, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de disponibilização de 2.000 (duas mil) licenças do Google Workspace Enterprise Plus , 1.500 (um mil e quinhentas) licenças do Google Workspace Enterprise Standard e 500 (quinhentas) licenças do aplicativo de inteligência artificial Gemini para Workspace , para uso durante o período de subscrição (não perpétuas), contemplando a renovação e ampliação da solução, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no Termo de Referência anexo a este Contrato.**

**1.2.** As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei de licitações nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, bem como com às disposições descritas no Edital de Licitação e seus anexos, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3.** De acordo com o artigo 6º, inciso XXIX da Lei nº 14.133/2021, o objeto do presente contrato será realizado pelo regime de empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **2.1 - Das especificações:**

<b>ESPECIFICAÇÃO GERAL</b>	<b>CATSER</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Licenças <i>GWS Enterprise Plus</i>	26077	unidade	2000
Licenças <i>GWS Enterprise Standard</i> <sup>1</sup>	26077	unidade	1500
Licenças <i>Gemini Enterprise</i> para <i>Workspace</i>	26077	unidade	500

**2.2 –** As especificações, os Requisitos Técnicos Mínimos e demais condições estão discriminados no ANEXO I – Termo de Referência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**3.1 -** A entrega e o recebimento do objeto ocorrerão conforme prazo estipulado nos subitens 6.7 e 6.12 do Termo de Referência – Anexo I, abaixo transcrito:

**3.1.1 Do Prazo de entrega:** As licenças deverão ser disponibilizadas (virtualmente) em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.

**3.1.2** As licenças deverão ser integradas no mesmo painel de administração da solução da conta já existente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, no domínio *tre-pr.jus.br*.

**3.1.3 Do local de disponibilização das licenças:** Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, sob a responsabilidade da Seção de Ambientes de Colaboração - SAMC, e-mail [samc@tre-pr.jus.br](mailto:samc@tre-pr.jus.br)

**3.1.4 Condições de entrega:** Caso não seja possível a entrega conforme item 6.7, na data assinalada no presente Termo de Referência, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**3.1.5 Do recebimento provisório:** o objeto será recebido provisoriamente, de forma virtual, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme descrito no item 6.7, cuja unidade responsável é a Seção de Ambientes de Colaboração-SAMC, conforme descrito no item 6.9 acima.

**3.1.6 Do recebimento definitivo:** realizada a inclusão das licenças no painel de administração, conforme descrito nos itens 6.7 e seguintes acima, o objeto será considerado recebido definitivamente.

---

<sup>1</sup> Estas licenças poderão ser ativadas em ano eleitoral.

**3.1.6.1** A Seção de Ambientes de Colaboração-SAMC, emitirá, com base na informação do painel das licenças disponibilizadas, atestado comprovando o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 02 dias úteis da inclusão/disponibilização das referidas licenças.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

##### **4.1. Incumbe ao CONTRATANTE:**

I- exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, e seus anexos e deste instrumento contratual;

II- decidir acerca das solicitações da CONTRATADA relacionadas à execução do contrato no prazo de 1(um) mês, prorrogável uma vez por igual período;

III- efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento contratual, após a liquidação da respectiva nota fiscal/fatura;

IV- informar à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o nome do Fiscal da Contratação, o telefone, endereço e e-mail para contato;

V- fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor formalmente designado;

VI -manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**5.1** - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência.

##### **5.2 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD):**

**5.2.1** - As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.

**5.2.2** - A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, ensejará MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

**5.2.3** - É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**5.3-** Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

#### **CLAUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA**

**6.1** - O presente contrato vigorará pelo período 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

**7.1** – Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho Resumido nº .....

Notas de Empenho: 2024NE....., emitida em ...../...../2024;

Elemento de despesa: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_;

Categoria Econômica: Custeio;

Código do SIASG: 26077

## CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

**8.1** - Pelos serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de **R\$** ..... (.....), conforme a seguir especificado:

Descrição	Unid. de medida	Qtd (A)	Valor Unitário Mensal (B)	Valor Total Mensal (AxB)	Valor Total 60 Meses
Licenças GWS Enterprise Plus	Un	2000			
Licenças GWS Enterprise Standard	Un	1500			
Licenças Gemini Enterprise para Workspace	Un	500			
			<b>TOTAL</b>		

**8.1.1** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e quaisquer tributos que incidirem sobre o objeto, de acordo com os normativos legais aplicáveis ao objeto da contratação.

**8.2** – Do documento fiscal:

**8.2.1** – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR, na Seção de Ambiente de Colaboração - SAMC, por meio do telefone (41) 3330-8775 ou pelos e-mails [samc@tre-pr.jus.br](mailto:samc@tre-pr.jus.br) e [gabsecad@tre-pr.jus.br](mailto:gabsecad@tre-pr.jus.br), em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

**8.2.1.1** – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

**8.2.1.2** - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA

- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

### **8.3 – Das condições do pagamento:**

**8.3.1** - O pagamento será realizado **mensalmente, proporcionalmente ao número de licenças ativas**, somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**8.3.2** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**8.3.2.1.** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**8.3.2.2** - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

**8.3.2.3** - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**8.3.3** – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.3.4** – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 8.2.1.2.

**8.3.4.1** – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**8.3.5** – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

**8.3.6 – DA CORREÇÃO MONETÁRIA:** Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ :

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

#### **8.4 – Da regularidade fiscal:**

**8.4.1** – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**8.4.1.1** – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**8.4.1.1.1** – Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

**8.4.2** – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**8.4.2.1** – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

### **CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** - Nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 7º e art. 117, caberá ao fiscal e ao gestor acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE**

**10.1** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/09/2024, nos termos do art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

**10.1.1**- Após o interregno de um ano da data do orçamento, e independentemente de pedido da contratada, em caso de prorrogação, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**11.2 -** Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.3 -** Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas as seguintes sanções:

**a) ADVERTÊNCIA:** Quando a contratada der causa à inexecução parcial, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**a.1) São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:**

Fatos Imputáveis	
<b>1</b>	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
<b>2</b>	Falta de retorno às comunicações do TRE;
<b>3</b>	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no Termo de Referência – Anexo I, quando for o caso.

**b) MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Relação de descumprimentos (exemplificativos)	Dosimetria e base de incidência
	<b>1.</b> Atraso injustificado no início da execução do objeto, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado, com limite de 10 (dez) dias corridos. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial do contrato.	0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato.
	<b>2.</b> Atraso na solução da conclusão do chamado técnico de nível de prioridade <b>Baixa</b> , considerando-se o prazo de atendimento previsto no item 2.30.9 do Termo de Referência – Anexo I, até o limite de mais 1 (um) dia útil. Após este prazo, será considerado inadimplemento parcial do contrato.	1% (um por cento) sobre o valor da nota fiscal referente ao mês em que ocorrer a infração.

<b>MÉDIA</b>	<b>3.</b> Atraso na solução da conclusão do chamado técnico de nível de prioridade <b>Normal</b> , considerando-se o prazo de atendimento previsto no item 2.30.9 do Termo de Referência – Anexo I, até o limite de mais 4 (quatro) horas corridas. Após este prazo, será considerado inadimplemento parcial do contrato.	2% (dois por cento) sobre o valor da nota fiscal referente ao mês em que ocorrer a infração.
	<b>4.</b> Atraso na solução da conclusão do chamado técnico de nível de prioridade <b>Alta</b> , considerando-se o prazo de atendimento previsto no item 2.30.9 do Termo de Referência – Anexo I, até o limite de mais 2 (duas) horas (corridas). Após este prazo, será considerado inadimplemento parcial do contrato.	4% (quatro por cento) sobre o valor da nota fiscal referente ao mês em que ocorrer a infração.
<b>GRAVE</b>	<b>5.</b> Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
	<b>6.</b> Inadimplemento parcial do contrato.	15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato.
<b>GRAVÍSSIMA</b>	<b>7.</b> Paralisação total ou abandono da prestação dos serviços, que impliquem extinção unilateral da contratação.	30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.
	<b>8.</b> Inadimplemento total do contrato.	

**11.2.2 -** Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração;
- b)** inexecução total do contrato;
- c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

**11.2.3 -** Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a)** apresentar documentação ou declaração falsa;
- b)** praticar ato fraudulento;



- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.3** - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**11.4** - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.5** - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

**11.6** - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

**11.7** - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**11.8** - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**11.8.1** - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**11.9** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (se houver) ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.10** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**11.11** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**11.12** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1** - Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2** - Poderá também ser causa de extinção contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta,

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**13.1** - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

**14.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**14.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital<sup>2</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ..... de ..... de 2024

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Solange Maria Vieira**  
Diretora-Geral - TRE/PR  
p/Contratante

---

<sup>2</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.